**RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: UMA CRÍTICA COM BASE NAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS.**

ANA ISABEL TÔRRES GONÇALVES[[1]](#footnote-2)

DANIELA DE LIMA DUQUE[[2]](#footnote-3)

FÁBIO MARQUES BEZERRA[[3]](#footnote-4)

KADJA MICHELE RAMOS TENORIO[[4]](#footnote-5)

**RESUMO**

O Projeto de Residência Pedagógica tem como um de seus objetivos aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura. Na edição do programa que acontece entre os anos de 2018-2020, um dos colégios selecionados funciona no regime de colégio militar. Como estudantes que fizeram parte desse processo, gostaríamos de debater sobre a efetivação dos objetivos do Programa por meio de um relato de experiência, com base nos documentos regentes do edital. Nos resultados, encontramos pontos positivos do programa, como o fato de estarmos locadas em uma escola-campo a qual não teríamos acesso normalmente, e pontos negativos, como o fato de não termos tido oportunidade de conhecer outras realidades escolares.

Palavras Chave: Educação Física; Residência Pedagógica; Colégio Militar

**INTRODUÇÃO**

O Programa de Residência Pedagógica foi lançado pelo Ministério da Educação – MEC, por intermédio da Diretoria de Educação Básica Presencial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e visa implementar projetos inovadores que estimulem articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura.

Com o intuito de qualificar a formação de estudantes da Universidade de Pernambuco, discentes participam do Projeto de Residência Pedagógica que consiste em uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica a partir da segunda metade de seu curso. Orientados por um docente da instituição formadora, a Residência Pedagógica contempla a regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando (BRASIL, 2018).

O caráter de imersão proposto pelo Programa de Residência Pedagógica, ao todo, os alunos cumpriram uma carga de 400 horas em instituições do ensino básico. O período foi dividido entre aclimatação à escola, experiência em sala de aula, regência e atividades de avaliação. Os estudantes receberam o acompanhamento de um professor da escola – com experiência na mesma área de ensino do licenciando – e de um docente da faculdade (BRASIL, 2018).

Mesmo sendo uma prática nova, a Residência Pedagógica já havia sendo discutida em 2007 pelo Senador Marco Maciel (DEM /PE), mas como projeto constituído pela CAPES, foi criado em 2011 e implantado em 2012 tendo na sua proposta que os professores residentes frequentem um centro de excelência da educação básica no qual eles realizam atividades teórico-metodológicas, que equivale a um curso de pós-graduação *lato-sensu* e tem como fundamento o conceito de “imersão” e parceria na atividade prática entre diferentes instituições (Cruz e Silva, 2018).

Apesar de ter sido encampada recentemente pelo Governo Federal, a Residência Pedagógica já existe há mais tempo no Brasil. As iniciativas vêm sendo aplicadas por escolas de diversos estados e serviram como inspiração para o modelo adotado pelo MEC. Um exemplo disso é o programa estruturado pelo Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro (RJ). Esse projeto tinha a seguinte proposta: equivaler à curso de pós-graduação lato-sensu tendo o objetivo de capacitar o docente recém-formado, desenvolvendo estratégias pedagógicas associadas a trabalhos acadêmicos, buscando o aprimoramento da capacidade profissional adquirida na graduação, aperfeiçoando a atuação desse docente nas atividades práticas e na totalidade do ambiente de escola pública, tendo como parceiros para tal atividade o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro e o Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais.

Portanto, parece uma ideia que é com a prática que os acadêmicos de licenciatura poderam ter a oportunidade de conhecer a sua área de atuação futura, e somente colocando-se em contato com o fenômeno e vivenciando-a, é que se poderá conhecê-la.

Nessa primeira edição do Programa de Residência Pedagógica (PRP) realizada com estudantes da Universidade de Pernambuco (UPE) faz parte do processo de modernização do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Um dos diferenciais da Residência Pedagógica é a estratégia de integração entre escolas, universidades e secretarias de educação.

Para a inserção desse projeto promovida pela UPE com parceria da CAPES, diversas escolas se inscreveram para a seleção, mas apenas 3 foram selecionadas, levando em consideração o perfil dos professores que estavam nelas podendo se tornar preceptores[[5]](#footnote-6), atendendo aos critérios delimitados pelo edital Nº06/2018 da CAPES, que são:

I.Ser aprovado no processo seletivo do Programa realizado pela IES; II. Ser licenciado na área/disciplina do residente que irá acompanhar; III. Possuir experiência mínima de 2 (dois) anos no magistério na educação básica; IV. Ser professor ne escola participante e ministrar a disciplina na área do subprojeto; V. Declarar que possui disponibilidade de tempo necessário para realizar as atividades previstas para a sua atuação no projeto; VI. Firmar termo de compromisso. (Programa de Residência Pedagógica, 2018)

Não foi possível identificar algum tipo de seleção das escolas para tal projeto, ou seja, a escolha delas foi definida a partir da inscrição dos professores no projeto da universidade a fim de selecionar o professor hábil para o cargo de preceptor.

O Programa realizado com alunos de Licenciatura da Escola Superior de Educação Física (ESEF) da UPE entre 2018-2020, teve como primeiro momento a leitura e conhecimento de documentos que dão sustentação aos residentes para suas práticas, como a BNCC e o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada colégio escolhido para atuação dos discentes.

A Residência Pedagógica surgiu como uma alternativa para os estudantes que estavam perto de se formar, como forma de substituir o Estágio Supervisionado como estava estabelecido. Para os alunos que estavam ingressando no 5º Período da Licenciatura em Educação Física na ESEF, era uma proposta extremamente válida, já que era grande a preocupação de encontrar colégios para se fazer o estágio ou até mesmo para receber uma bolsa. Acreditávamos que o PRP seria muito vantajoso, no entanto não levamos em consideração que era a primeira edição do programa e que falhas inevitavelmente ocorreriam.

Enquanto o dia a dia do professor exige novas metodologias e readaptação constante para melhorar o aprendizado dos alunos, os cursos de licenciatura muitas vezes se distanciam da prática e muitas das lacunas da formação inicial só são percebidas quando o profissional se depara com a realidade da escola. Para fazer uma ponte entre a teoria e a realidade de sala de aula de educação básica, o programa de residência pedagógica oferece a estudantes de licenciatura uma imersão na prática docente que alia orientação por mentores e encontros formativos de reflexão sobre a prática.

Na edição que se deu início no segundo semestre de 2018 com finalização no início de 2020, existiram vários alunos interessados o que culminou na seleção de 3 escolas-campo, uma situada em Olinda e duas situadas na Várzea (Cidade Universitária). Dessas três escolas que iniciaram no programa, duas continuaram até o momento e uma delas foi trocada no início de 2019 por se perceber que até o momento ela não estava promovendo compatibilidade com os objetivos do programa.

Entre as outras escolas selecionadas nessa edição do programa, a que ficamos locadas segue uma linha de formação militar dispondo de regras e formas de se pensar a educação física de uma forma diferente diante às outras escolas-campo. Assim, esse artigo surge com ideia de analisar os objetivos da Residência Pedagógica contido no edital Nº06/2018 da CAPES fazendo comparações com as disciplinas de Estágio Supervisionado (1, 2 e 3), levando em consideração nossa relação com a escola-campo a qual fomos inseridas.

**METODOLOGIA**

Pensando em nosso objetivo a partir da nossa vivência dentro dessa escola-campo e das nossas aprendizagens e dificuldades diárias encontradas durante os processos, utilizamos do relato de experiência para descrever nossas experiências e poder contribuir com a melhor aplicação do Programa de Residência Pedagógicas em novas edições.

Para a investigação e debate do mesmo, utilizamos os documentos regentes do Programa de Residência Pedagógica (Base Nacional Comum Curricular, Lei de Diretrizes e Bases e Projeto Político Pedagógico da Escola) e toda a experiência vivida durante os meses dentro do colégio-campo.

Por se tratar de um relato de experiência, utilizamos também de conversas informais com colegas do curso de Educação Física que não participaram do PRP e de debates realizados nas aulas presenciais de estágio supervisionado.

O local de intervenção foi o Colégio Militar do Recife, localizado na Cidade Universitária, bairro de Recife – PE durante o período entre Agosto de 2018 e Novembro de 2019.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No que diz respeito à especificidade da Educação física, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) menciona que a Educação Física é legalizada e obrigatória nos currículos da Educação Básica. A BNCC conceitua a Educação Física como o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos e patrimônio cultural da humanidade, sendo elas: jogos e brincadeiras, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo total. Logo, as práticas corporais são textos culturais passíveis de leitura e produção.

Ainda segundo a Base Nacional Comum Curricular de 2017 nas aulas de Educação Física, as práticas devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório. Desse modo, é possível assegurar aos alunos a (re)construção de um conjunto de conhecimentos que permitam ampliar sua consciência a respeito de seus movimentos e dos recursos para o cuidado de si e dos outros e “desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas, favorecendo sua participação de forma confiante e autoral na sociedade” (BRASIL, 2017).

Dentre as diferenças existentes no Colégio Militar do Recife (CMR), observa-se primeiro que ele segue uma linha de Projeto Político Pedagógico diferente. Para eles, é utilizado o Plano de Gestão Escolar (PGE) e tal documento contém as normas desse colégio e, para a Educação Física, mostra uma proposta de formação integral dos alunos, devendo iniciar a realização desportiva com finalidade de desenvolver o espírito de corpo de seus integrantes, revelar novos valores em diferentes modalidades e estimular o aluno à prática desportiva, como sendo uma atividade essencial a uma vida saudável, pois o meio em que o colégio está inserido (área militar) influencia no olhar das aulas de Educação Física.

Com relação à BNCC, salta aos olhos tanto a incompatibilidade entre o que anuncia e o que efetivamente propõe, quanto o distanciamento dos conhecimentos disponíveis sobre a produção curricular da educação física. Dentro disso, também é possível pensar o quão o documento analisa por baixo a educação física e as escolas, pois não atende a todas as realidades e pluralidades das escolas nacionais.

Em nossa primeira análise pensamos se ocorreria a efetivação da teoria vista nos documentos lidos previamente dentro das aulas do colégio, já que no PGE não consta como a Educação Física será materializada ou distribuída em seus respectivos ciclos.

Ao vivenciar a observação e imersão no CMR, vimos um espaço bem estruturado, acesso à materiais para as práticas e muitos professores de Educação Física, mas com um sistema de aulas diferente do visto em outras vivências.

Esse sistema consiste em um rodízio dos alunos pelos demais conteúdos, por exemplo: se um 7º ano tem 4 turmas, todas elas vão ter aula de Educação Física ao mesmo tempo, porém em diferentes ambientes e sobre diferentes conteúdos, ou seja, enquanto uma turma está na aula de atletismo, outra está na aula de natação, outra na de handebol e mais uma na aula de voleibol. Após uma certa quantidade de aulas (de 12 a 14 aulas), os alunos trocam de professor, logo trocam de conteúdo, entre esses mesmos conteúdos já apresentados.

No momento de observação, condizente ao Estágio I, foi necessário a rotação dos residentes com diversos professores e seus devidos conteúdos, porém não seria possível essa rotação dos residentes ao iniciar a fase de intervenções.

Ao voltar às aulas, na fase inicial da imersão e ministrar as aulas no ano de 2019, inicialmente foram tomadas novas medidas pelo gestor da escola no qual foi proibido as aulas práticas de Educação Física em dias com chuva, proibição de aulas quando não há nenhum médico e/ou ambulância no setor de saúde e até mesmo uma restrição dos residentes e professores de Educação Física em eventos culturais da escola. Posteriormente, essas medidas foram alteradas, mas não retiradas. Em dias chuvosos poderiam ter atividades leves e em locais reduzidos, também sendo possível a participação de residentes e professores de Educação Física nos eventos próximos.

Além das regras citadas acima, todas as sextas-feiras todas as turmas tinham que entrar em formação (formatura – desfile militar), logo prejudicava o tempo destinado à aula de Educação Física onde muitas vezes era cancelada ou substituída por práticas “mais leves”, pois os alunos passavam muito tempo em pé e no sol matutino.

No primeiro semestre do ano, íamos ao colégio para ministrar aulas apenas nas sextas feiras. O conteúdo era Handebol para o 9º ano. Nas sextas feiras éramos nós quem ministrávamos as aulas, revezando a cada semana, enquanto nas quartas era outra dupla que ministrava.

Na segunda metade do ano de 2019, com a mudança de dia das residentes, pudemos ter um maior contato com os alunos e uma maior imersão na prática pedagógica. Mesmo assim, a partir do sistema de aulas e por ir apenas uma vez na semana na escola, fizemos parte da construção de um tempo didático de um conteúdo de Educação Física.

Foi nesse segundo semestre que conseguimos mudar um pouco e conseguimos ministrar mais aulas sem interrupção de cronograma. Ficamos com os conteúdos de esportes coletivos 1 para o 7º ano (que envolviam handebol, futsal e futebol – para serem ministrados em 14 aulas sequenciais, nas segundas e quintas feiras) e natação para o 9º ano (para ser ministrado em 12 aulas sequenciais, nas segundas e quartas feiras). Nosso conteúdo de esportes coletivos era dividido com outra residente que ministrava aulas sem dupla e o conteúdo de natação era dividido com uma dupla.

De acordo com as informações sobre nosso cotidiano escolar, pensamos se os objetivos da RP foram eficazes de acordo com nossa formação no Colégio Militar do Recife. Os objetivos abraçados pelo projeto são:

I. Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias; II. Induzir a reformulação da formação prática nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica; III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores; IV. Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (Programa De Residência Pedagógica, 2018)

A partir disso, é possível analisar e comentar os objetivos da Residência Pedagógica. No primeiro objetivo, observamos a coerência com relação às vivências, atividades foram feitas com o intuito de aperfeiçoar nossas intervenções e assim nos melhorar a prática pedagógica.

A leitura dos documentos oficiais que regem o PRP e outras atividades para primeira imersão à escola-campo, nos deixaram mais bem preparadas, visto que não conhecíamos a escola ou os alunos. Uma das atividades que fiemos foi realizando um questionário com os alunos do Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano) o qual foi feito para cooperar na formulação da didática e metodologias a serem tomadas, para conhecermos melhor os alunos antes de começarmos as aulas.

Se pensarmos no primeiro objetivo do Projeto de Residência Pedagógica que consiste em aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, acreditamos que não foi tão efetivo como poderia ser se o número de residentes em cada colégio fosse menor, já que assim existiriam mais possibilidades de rodízio entre os dias para cada regência ou até para auxiliarmos mais uns aos outros.

Outra sugestão é que, nesse colégio campo, pudesse haver mais de dois professores preceptores para que o rodízio de conteúdos ministrados também fosse maior, visto que a relação professor – aluno foi quase nula devido há pouco tempo lecionando para a mesma turma, trazendo também problemas dentro da aula por não ter tanta afinidade entre as duas partes.

Para a formulação desse método investigativo, nossa professora docente orientadora e nosso preceptor nos ajudaram a montar para que pudéssemos ter melhores respostas e melhores encaminhamentos após o término da aplicação. O questionário realizado foi este abaixo:

|  |
| --- |
| **Questionário** |
| 1. Em que ano você está? |
| 1. Quais eixos da Educação Física você já teve aula? |
| 1. As aulas de Educação Física possuem práticas corporais de aventura? Se sim, quais? |
| 1. Em geral, o que te faz faltar as aulas de Educação Física? |
| 1. Nas aulas de educação física são trabalhados os esportes de rede/parede? Se sim, quais? |
| 1. Nas aulas de educação física são trabalhados esportes de precisão? Se sim, quais? |
| 1. Nas aulas de Educação Física, durante o conteúdo Esportes, são experimentados diferentes papeis além de jogador, como árbitro ou treinador? |
| 1. Nas aulas de educação física as danças de salão são trabalhadas? Se sim, quais? |
| 1. Os jogos eletrônicos são utilizados nas aulas de Educação Física? |
| 1. Que ou quais conteúdos você gostaria de aprender, mas não é ofertado no colégio?" |

Com as respostas obtidas, conseguimos fazer análises dos alunos que iríamos ministrar as aulas, já que ele foi realizado durante o período de observação da escola-campo. Essas análises permitiram também que entendêssemos melhor como os alunos se viam dentro das aulas de Educação Física, porque até então achávamos que as aulas eram apenas esportistas.

No segundo objetivo, o fato de promover uma reformulação da formação prática destacamos como um ponto positivo, já que fomos locadas uma escola-campo a qual não teríamos acesso normalmente.

A estrutura da escola (desde materiais à estrutura física da escola) é de ótima qualidade e é algo que outros residentes locados em outras escolas-campo não tiveram, como percebemos em conversas informais. Porém ficamos responsáveis apenas por um nível escolar, já que ficamos ligados diretamente com apenas 1 preceptor. No estágio supervisionado, por exemplo, os alunos têm a experiência de passar por mais de uma escola para fazer análise, vendo diferentes níveis da educação.

O fato de estarmos locados em apenas uma escola durante 1 ano e meio não nos “permite” que consigamos fazer mais rede de contatos com outras escolas. Apesar de ser permitido que os residentes possam fazer estágio além do Programa, muitos dos residentes não conseguiam encaixar os horários de graduação, residência e adicionar mais um estágio, além daqueles alunos que cumprem com Iniciação Científica ou até outras demandas pessoais.

Já no terceiro objetivo do programa, a relação entre IES e escola-campo não foi tão bem aproveitada. Apesar de nossa docente orientadora ter visitado a escola mais de uma vez, ela não chegou a observar nenhum dia de nossas regências, visto que os horários e dias não eram compatíveis. Em outro ponto, destacamos que muitas vezes sentíamos que, pelas peculiaridades que a escola tinha, muitas vezes ficávamos “afastados” dos debates entre todos os residentes participantes dessa edição de Residência.

Entretanto, as reuniões mensais, os artigos que tivemos que escrever, os eventos que participamos e nossas relações entre residente-preceptor, foram pontos extremamente bem aproveitados. Nas disciplinas de estágio obrigatório, pelo que vimos e conversamos com outros alunos, não existiram esses relatos. Para , isso deu uma grandiosidade de aprendizado.

Por último, o quarto objetivo do programa traz a questão da adequação de currículos e propostas pedagógicas à luz da BNCC. E isso foi muito claro e objetivo nos nossos estudos e montagem de planos de ensino e planos de aula. A BNCC foi nossa base desde o primeiro momento e tê-la como documento regente foi muito válido para ajudar na construção de todos os nossos materiais.

Quanto a duração do programa, achamos que foi ideal, já que com esse tempo conseguimos fazer uma boa relação com o nosso preceptor e com os outros professores do colégio. Eles sempre nos ajudavam quando tínhamos dúvidas ou quando trocávamos de professor em algum dia para que tivéssemos diferentes vivências. Tínhamos também a liberdade de, quando fosse de extrema necessidade, ir outros dias ao colégio para o cumprimento de carga horária.

As peculiaridades do colégio também nos trouxeram vários aprendizados, já que tivemos que nos adaptar várias vezes. Quando a aula tinha tempo reduzido ou quando os alunos estavam “enfadados” do sol depois de uma parte da manhã em formação, precisávamos editar nossos planos de aula para que não deixássemos de ministrar uma aula, mas também não prejudicar nenhum aluno.

Uma possibilidade que também pensamos ser proveitosa para outros editais do Programa, seria ver as diferenças e realidades das escolas e níveis de educação, passar pelo Ensino Fundamental I e Ensino Médio é importante para a nossa formação. Achamos válida a inserção de um mesmo residente em mais de uma escola-campo, o que faria que esse residente pudesse ir mais de uma vez para a regência durante a semana e para fazer análises em mais de uma escola.

Outro ponto que nos chamou atenção foi a questão da avaliação dos alunos. Assim que entramos no colégio, não havia uma ficha ou documento que pudéssemos fazer as melhores avaliações possíveis. Com o tempo, um dos professores que era da Seção de Educação Física, junto com os pedidos da Residência e de outros professores, criou um método avaliativo que muda conforme os anos escolares. Após a criação dele, foi possível fazer a análise mais detalhada tanto dos alunos quanto das aulas que ministrávamos, já que era necessário cumprir objetivos. conseguimos fazer a avaliação de 3 turmas que ministramos aulas. As melhorias na escola-campo apareceram como um produto levado pelos questionamentos dos residentes e que serão consideradas como contrapartida da IES à rede de ensino.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando comparamos os objetivos planejados pelo Programa, com a nossa vivência e com a vivência daqueles alunos que cumpriram os estágios supervisionados, notamos vários pontos positivos, mas enxergamos outros pontos negativos.

A intenção do Ministério da Educação (MEC) com o Programa de Residência era estimular a elaboração de um plano conjunto entre as IES e os colégios estaduais e municipais, com o objetivo de aproximar a formação acadêmica das reais demandas do ensino público, que, inclusive, era uma das principais queixas dos gestores escolares em relação ao Pibid.

Baseado em nossas vivências na Residência Pedagógica dentro do Colégio Militar do Recife, sentimos que houve uma defasagem em nossa experiência dentro da escola escolhida mesmo que na mesma haja uma diversidade de práticas e estrutura de alto nível. Levando em consideração que ficamos locados apenas com um professor, ficávamos “restritos” aos horários dele.

Mesmo a partir de atividades acontecendo simultaneamente e de forma diversificada, não sentimos que foi tão proveitoso como poderia ser, uma vez que não demos aula de diferentes conteúdos devido ao sistema de aulas na escola, nos privando de vivências diversas. Além disso, não participamos do processo de avaliação dos alunos no início e só fizemos avaliações com as duas últimas turmas (no período entre junho e setembro de 2019), tínhamos pouco contato com as turmas devido à pouca quantidade de aulas ministradas por que, mesmo tendo cerca de 14 aulas (no total), só íamos apenas um dia na semana para o colégio e ainda precisávamos revezar os dias que ministrávamos as aulas.

Entendemos que o Programa de Residência Pedagógica é de extrema validade para o aprendizado e melhor construção de prática pedagógica, que seus objetivos são muito bem pensados e que a relação entre IES e escola pode ser muito bem quista.

No entanto, nessa primeira edição com os alunos da Educação Física da Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco, não foi tão bem aproveitada. Poderíamos ter uma melhor administração e melhor qualidade do tempo “gasto” (tanto de imersão, como de reuniões e estudos), tanto por parte dos alunos da residência como por parte do docente orientador e preceptores. As reuniões mensais por exemplo foram muito válidas, mas por vezes poderíamos ter aproveitado essas reuniões para fazer mini-cursos (como uma vez tivemos o de ginástica), entrar em contato com variadas escolas públicas e de níveis de ensino diferentes.

Por fim, acreditamos que o PRP tem propostas e objetivos pré-estabelecidos de grande validade acadêmica. Provavelmente não teríamos a possibilidade de adentrar uma escola como essa por outros meios ou até mesmo a chance de estudar todos os documentos como estudamos com a imersão que tivemos. No entanto, faltou mais “cuidado” com a prática pedagógica de cada residente e faltou mais cuidado na coordenação (de forma geral) durante esse tempo.

**REFERÊNCIAS**

ANPED. Manifesto das entidades educacionais sobre a política de formação de professores. 2017. Disponível em: [< http://www.anped.org.br/news/manifestacao-das-entidades-educacionais-sobre-politica-de-formacao-de-professores-anunciada](file:///C:\Users\Ana%20Isabel\Downloads\%3c%20http:\www.anped.org.br\news\manifestacao-das-entidades-educacionais-sobre-politica-de-formacao-de-professores-anunciada) >. Acesso em: 09 novembro 2019.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF.

CAPES. Edital Capes nº 06/2018. Brasil, 2018.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO. Residência Pedagógica é aposta para otimizar a formação de professores. Disponível em: < <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/residencia-pedagogica-e-a-aposta-para-otimizar-a-formacao-de-professores/> >. Acesso em: 09 novembro 2019.

GONÇALVES, Ana Isabel Torres; DUQUE, Daniela de Lima. A formação de residentes a partir da vivência em um colégio militar: um relato de experiência. Recife, PE, 2019.

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA. Distrito Federal, março 2018. Disponível em: <[https://capes.gov.br/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica##targetText=O%20Programa%20de%20Resid%C3%AAncia%20Pedag%C3%B3gica,segunda%20metade%20de%20seu%20curso.](https://capes.gov.br/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica)>. Acesso em: 31 outubro 2019.

SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro da; CRUZ, Shirleide Pereira. A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. 2018.

1. Residência Pedagógica, Residente, Universidade de Pernambuco, anaisabeltg@hotmail.com [↑](#footnote-ref-2)
2. Residência Pedagógica, Residente, Universidade de Pernambuco, danilduque08@gmail.com [↑](#footnote-ref-3)
3. Residência Pedagógica, Preceptor Voluntário, Mestre em Educação UFPE, Colégio Militar do Recife, [fab.mb@hotmail.com](mailto:fab.mb@hotmail.com) [↑](#footnote-ref-4)
4. Residência Pedagógica, Doutora em Educação Física UPE/UFPB, Universidade de Pernambuco, kadja.tenorio@upe.br [↑](#footnote-ref-5)
5. Professor da escola campo que fará o acompanhamento do residente no processo de formação. [↑](#footnote-ref-6)